



## SINDSEP PARTICIPA DE PLENÁRIA QUE VISA FORTALECER A UNIDADE E CONSTRUIR UMA PAUTA NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS

A delegação do Sindsep/MA participa, até o próximo dia 18 de abril, da 9ª Plenária Estatutária da Condsef/Fenadsef, realizada em Luziânia (GO), e que é um dos principais espaços de debate e deliberação da categoria no país.

O encontro será encerrado com uma Assembleia Geral que irá deliberar sobre as propostas discutidas ao longo da programação.

A plenária tem papel estratégico na construção da pauta nacional dos servidores públicos federais. É nesse espaço que representantes de diversas regiões do Brasil se reúnem para analisar a conjuntura, propor atualizações no estatuto da entidade e, principalmente, consolidar um Plano de Lutas unificado, capaz de contemplar as demandas dos diferentes setores do funcionalismo público federal.

Entre os principais pontos em debate está a defesa da regulamentação da Convenção 151 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), que assegura o direito à negociação coletiva no serviço público. A regulamentação dessa norma é considerada fundamental para garantir mais equilíbrio nas relações entre governo e servidores, fortalecendo o diálogo e assegurando avanços concretos para a categoria.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, a plenária representa um momento essencial de construção coletiva. Segundo ele, a participação ativa dos delegados permite não apenas o debate dos problemas enfrentados pelos servidores, mas também a troca de experiências e a formulação de estratégias conjuntas. "Aqui estão servidores e servidoras federais de todo o país, e é uma grande oportunidade de construir, de forma unificada, um plano de lutas que contemple a todos", destacou.

A presença do Sindsep/MA reforça o compromisso da entidade com a defesa dos direitos dos servidores

públicos federais. Ao participar de espaços como a Plenária Estatutária da Condsef/Fenadsef, o sindicato contribui diretamente para o fortalecimento da organização coletiva e da unidade da categoria — elementos fundamentais para enfrentar desafios e conquistar avanços.

Além disso, a plenária, somada à participação na Marcha da Classe Trabalhadora, evidencia a importância da mobilização permanente. A articulação entre entidades sindicais, aliada à construção de pautas conjuntas, fortalece a luta em defesa do serviço público, da valorização dos servidores e da garantia de direitos.

Nesse contexto, iniciativas como a 9ª Plenária Estatutária consolidam-se como espaços indispensáveis para o fortalecimento da luta sindical, reafirmando que a união e a organização coletiva seguem sendo os principais instrumentos na construção de conquistas para os servidores públicos federais.



## Lula assina projeto 151, que garante negociação e fortalece direitos do servidor

A assinatura da Regulamentação da Convenção 151 da OIT pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é resultado da mobilização da CUT e demais centrais sindicais, além do compromisso da Presidência da República com o diálogo e a valorização dos trabalhadores do serviço público.

A CUT classificou como um avanço histórico o envio ao Congresso Nacional do projeto que regulamenta a negociação coletiva no serviço público. A proposta foi assinada na quarta-feira (15), em Brasília, pelo presidente Lula.

Para a Central Única dos Trabalhadores, a medida representa uma conquista construída ao longo de anos de mobilização. “Valeu a luta das entidades das três esferas da CUT, que já na eleição do presidente Lula conseguiram incluir essa pauta como compromisso de governo”, afirma Sérgio Antiquiera, secretário de Relações do Trabalho da CUT e integrante do Coletivo das Três Esferas.

Na prática, o projeto cria regras para a negociação entre servidores e o Estado. Estabelece instrumentos como mesas de negociação, mediação e soluções consensuais de conflitos, com o objetivo de reduzir tensões e ampliar o diálogo.

O texto regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2010, mas que ainda não havia sido plenamente aplicada na legislação nacional. A proposta também cumpre compromissos assumidos com as centrais sindicais, como a retomada das mesas de negociação, o reajuste emergencial e a suspensão da reforma administrativa (PEC nº 32/2020).

Segundo a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, o envio do projeto marca o cumprimento desses acordos. “Esse PL vai garantir uma convenção que o Brasil já havia ratificado há muito tempo, mas que ainda não tinha sido regulamentada. Agora, o Congresso poderá discutir sua aprovação definitiva”, disse.

A participação das centrais sindicais foi decisiva na construção da proposta. Antiquiera lembra que o tema avançou logo no início do atual gover-

no. “No primeiro ano do mandato, o governo chamou as centrais para negociar uma proposta. Levamos essa bandeira na marcha a Brasília”, relata.

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, destacou o alcance da medida. “É a consolidação do direito democrático dessas trabalhadoras e desses trabalhadores à negociação”, afirmou.

Além de estabelecer a negociação coletiva nas três esferas — União, estados e municípios —, o projeto assegura o direito à organização sindical no serviço público. Também prevê licença remunerada para o exercício de mandato sindical, uma demanda histórica das entidades representativas.

A proposta foi construída por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado em 2023, que reuniu ministérios e centrais sindicais, incluindo a CUT. Também participaram entidades como o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Para Antiquiera, esse processo coletivo garantiu que reivindicações históricas dos servidores fossem incorporadas ao texto. “Ao final, fomos recompensados com a notícia de que o presidente assinou o projeto de lei, que

agora vamos disputar no Congresso Nacional”, afirma.

No âmbito federal, a medida reforça a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), recriada em 2023 após sete anos de interrupção. O espaço, instituído em 2003, funciona como um canal permanente de diálogo entre governo e servidores.

Na prática, a MNNP organiza as negociações em diferentes níveis. A mesa central trata de pautas gerais, enquanto mesas específicas e setoriais discutem demandas das categorias, como condições de trabalho e reivindicações sem impacto orçamentário.

Para a CUT, a regulamentação da Convenção 151 consolida esse modelo e amplia sua aplicação em todo o país. “Isso simboliza a importância da organização e da luta da classe trabalhadora, além de mostrar o valor de um governo democrático que investe no diálogo e na valorização do trabalhador”, conclui Antiquiera.

O projeto segue agora para tramitação no Congresso Nacional. Durante a cerimônia de assinatura, Lula destacou a importância da mobilização das centrais sindicais para garantir a aprovação da proposta.

Com informações do portal gov.br

## AVISO

Informamos que não haverá expediente no dia 20/04 (segunda-feira) e no dia 21/04, em virtude do feriado de Tiradentes, também não haverá expediente.

Retornaremos às atividades normalmente em 22/04/2026.

Agradecemos a compreensão.

A DIREÇÃO